DocuSign Envelope ID: 39CBE68B-7250-4A62-88D8-026B8EDB1D64

Comitê Técnico Saúde / IBA

Ata de Reunião Ordinária do dia 09/05/2023

Local: www.whereby.com/ct_saude (reunião virtual)

Participantes - MIBA:

Raquel Vier Langer	MIBA	3168
DENIZE GOMES DO ROSARIO	MIBA	1660
Marcos Vinicius Santos de Carvalho	MIBA	3026
Morian Coronetti de Paiva	MIBA	3691
Lorena Josino Silva Braga	MIBA	3178
BEATRIZ RESENDE RIOS DA MATA PFEILSTICKER	MIBA	1474
Tatiana Xavier Gouvêa	MIBA	2135
Luanvir Luna da Silva	MIBA	3481
José Antônio Lumertz	MIBA	448
Denis Peixoto Nunes	MIBA	1342
Oclair Custódio dos Santos	MIBA	1985
Mateus Salles Rocha	MIBA	3360
David Coêlho Alves Corrêa	MIBA	1.244
Raquel Chaves Nunes	MIBA	3689
Sandra Regina Odeli	MIBA	1209
SUZANNE KELLY FERREIRA DE ALMEIDA	MIBA	1697
Glace Anne Carvas	MIBA	1640
Maickel Ewerson Batista	MIBA	2639
Karolina Araújo Machado	EIBA	498
CRISTIANE ZANONI	MIBA	1523
CLAUDIA CAMPESTRINI	MIBA	887
Andrea Alves de Andrade	MIBA	1066
Ligiana Ferreira de Oliveira	MIBA	2765
Murillo Joaquim dos Santos Oliveira	MIBA	3684
lucas emanuel alves ferreria	MIBA	3035
Andréa Mendonça de Souza Paixão	MIBA	616

IBA Comitê Técnico Saúde

DocuSign Envelope ID: 39CBE68B-7250-4A62-88D8-026B8EDB1D64

Bruno Alves Gomes	MIBA	1632
Rafaela Meriele Coelho Silva	MIBA	3911
Gabriela Ribeiro Estevam	MIBA	3650
Saulo Ribeiro Lacerda	MIBA	894
Manuelle	MIBA	2244
Mariana neves aleixo	MIBA	3398
Rafael Sobral Melo	MIBA	1572
Italoema Destro Sanglard Laurentys	MIBA	2051
Jéssica Caeiro de Souza Costa	MIBA	3218
Pedro Henrique Batista Cândido de Souza	MIBA	2901
Luis Filipe Moura	MIBA	2448
Maria Aparecida de Melo	MIBA	3909
Máris Caroline Gosmann	MIBA	1714
Luana Pereira de Souza	MIBA	3282
Kátia Bezerra da Silva	MIBA	1337
ROSANA GONÇALVES DOS SANTOS FLORES	MIBA	2903
Andrea Mente	MIBA	1088
João Paulo Ribeiro Longo	MIBA	2648

Abertura da reunião:

Reunião iniciada às 14h13, após definições do secretário. Lumertz inicia explicando o fluxo de aprovação e consultas das atas

Assuntos Administrativos

1) **Informada a publicação da ata da reunião de abril, no site do IBA.**
Alertando que caso seja identificada alguma divergência em relação ao que foi tratado na reunião, deve ser informado aos coordenadores do CT Saúde.

2) **Desoneração do SUS e impactos**
Lummertz menciona que a saúde suplementar desonera o Sistema Único de Saúde em mais de R$ 200 bilhões anuais, enquanto há iniciativas para onerar ou não desonerar os atores deste mercado.

Assuntos Técnicos

IBA Comitê Técnico Saúde

DocuSign Envelope ID: 39CBE68B-7250-4A62-88D8-026B8EDB1D64

1) ANS/DIDES – Programa de Indução à Saúde

Participação de Renata Gasparello, Ana Rita e Kátia Audi, ambas servidoras da ANS. Material apresentado contém o mapa estratégico da ANS, e na Agenda Regulatória 2023-2025 há como ponto o Estímulo ao desenvolvimento setorial. Neste âmbito, há um projeto incentivos regulatórios com dois eixos: Certificação em Boas Práticas de Atenção à Saúde, e PROMOPREV.

Em participação social, a abordagem escolhida foi de Participação Social Dirigida, em que são chamados para opinar especialmente grupos específicos com conhecimento técnico ou interesse no setor de saúde. Serão pedidos dados adicionais via Protocolo posteriormente. Esta não exclui a Participação Ampla da sociedade, em tópicos específicos. O tema em questão teve seu período de participação iniciado em 24 de abril, e previsto para terminar até dia 31 de maio.

Mostrou-se também o papel da DIDES dentro da saúde, desenvolvendo projetos de estímulo e indução à melhoria de saúde, ressarcimento ao SUS, melhoria no relacionamento entre OPS's e prestadores, dissemina dados setoriais confiáveis, e otimização a alocação de recursos disponíveis.

No século XXI, a saúde se notabiliza por altos custos com assistência médica, priorização da qualidade no cuidado à saúde, e metas de desenvolvimento de saúde fixados a partir de 2001 pelo IOM. Neste sentido, a saúde suplementar brasileira não foge à regra, passando por uma transição epidemiológica, bem como pelo envelhecimento da população e aumento das necessidades de cuidados multiprofissionais. Além disto, o perfil predominante da saúde é de tratamento das condições agudas por prestadores fragmentados e por pagamento *fee for service*.

54,7% das mortes observadas no Brasil em 2019 são por doenças crônicas não transmissíveis, cujo tratamento poderia reduzir ou mesmo evitar o desfecho de óbito.

A partir deste histórico, a DIDES desenvolve certificações, programas e iniciativas que promovam boas práticas de pagamento, gestão de saúde e melhor rede de atendimento ao beneficiário.

Kátia inicia a palestra mencionando que a ANS buscou a partir de 2004 incentivar as Operadoras a assumirem papel de gestoras de saúde, não de doença. Isso veio no esteio da mudança no perfil de cronicidade das despesas, em especial no que tange à obesidade e sedentarismo. Adicionalmente, os beneficiários que não apresentam custo em grandes períodos não são acompanhados de forma recorrente pelas Operadoras, o que agudiza eventuais condições de saúde já presentes. Nestas condições DNCT, há quatro fatores principais, a saber: sedentarismo, má alimentação, tabagismo e consumo excessivo de álcool.

IBA Comitê Técnico Saúde

DocuSign Envelope ID: 39CBE68B-7250-4A62-88D8-026B8EDB1D64

O arcabouço de programas para promoção e prevenção está previsto na RN 498/2022, e estes programas se definem por conjunto de estratégias e ações que: promovam saúde, previnam riscos, comprimam a morbidade e reduzam anos perdidos por incapacidade. Há atualmente 650 programas aprovados pela ANS, sendo 494 deles voltados para a saúde do Adulto e Idoso, 99 da Mulher e os demais distribuídos em outras seis categorias. São cerca de 2 milhões de beneficiários atualmente atendidos nos programas, menos de 5% do total de vidas cobertas na saúde suplementar.

No âmbito das certificações de boas práticas, estas são complementares ao programa de acreditação a Operadoras, sendo este mais amplo e aquele mais específico. Estas boas práticas são restritas a algumas linhas de cuidado ou redes de atenção que forem entendidas como prioritárias pela Operadora. Segundo Ana Rita, o papel das Operadoras não deve ser a mera intermediação de pagamento a prestadores, e sim uma gestora de atendimento aos beneficiários.

Destacou-se que as certificações são voluntárias, ainda que fortemente recomendadas. São três as certificações em vigor: APS (atenção primária a saúde), atenção oncológica – *em elaboração*, e em parto adequado. Há interface entre Operadoras e entidades certificadoras, que verificam a aderências das práticas da Operadora solicitante aos preceitos prescritos na regulamentação específica.

A Atenção Primária foi mostrada teórica e praticamente. O principal preceito é de atender 80% das necessidades de saúde no primeiro ponto de contato, promovendo racionalização de custos e melhoria na saúde do paciente. Seus pilares são: acolhimento, coordenação do cuidado, integralidade do cuidado, longitudinalidade, centralidade na família, orientação ao paciente e comunidade, auto cuidado apoiado. A certificação prescinde de cobertura populacional mínima, existe em três níveis de certificação, e durará até 3 anos. Os resultados internacionais de práticas em APS indicam melhora no nível de saúde, menor mortalidade e custos controlados.

Na certificação em parto adequado, o principal objetivo é reduzir a prevalência dos partos cesarianos. Isto objetiva diminuir os riscos no parto, melhorando a saúde da gestante no pós parto. A nível mundial, a OMS estima que há um custo adicional mundial de R$ 2,3 bilhões pelo excesso de realização de cesarianas. O manual do programa será divulgado no próximo Dia das Mães.

Há duas dimensões no programa: planejamento e estruturação técnica da OPS, e cuidado centrado na gestante durante o pré-natal. São destacados onze macroindicadores de certificação, separados em pré-natal, parto/nascimento e puerpério.

Por fim, mostrou-se a acreditação de operadoras, com 21 requisitos e 169 itens de verificação. Tal acreditação é definida em três níveis, hoje dependentes da nota final apurada e nota do IDSS. Um dos maiores incentivos à busca pela acreditação é a redução dos fatores de risco aplicados no Capital

IBA Comitê Técnico Saúde

DocuSign Envelope ID: 39CBE68B-7250-4A62-88D8-026B8EDB1D64

Baseado em Risco. Foi feita breve explanação sobre o capital regulatório, sua linha de tempo e os impactos dos programas neste cálculo.

Há a ideia interna de que os programas tenham incentivo regulatório de reduzir o Capital Baseado em Risco, e não 'apenas' a Acreditação. Neste cenário, há uma hierarquia inicial no redutor a se aplicar sobre o capital, de forma crescente: implantação de PROMOPREV, certificação em parto adequado e certificação em APS. Mesmo a redução do APS seria inferior ao aplicado para Operadoras acreditadas, visto que se entende essa chancela como de maior globalidade.

A priori, estes redutores seriam aplicados de forma não cumulativos, e sobre os riscos de provisionamento e precificação.

Por fim, a ANS requisitará dados das Operadoras com algum PROMOPREV aprovado, para realizar estudos internos relativos a estes programas. A coleta de dados voluntária será realizada até o próximo dia 31 de maio, via Portal das Operadoras. A apresentação ministrada será enviada aos participantes do grupo. As três participantes agradeceram o espaço e convite, se colocando à disposição para dirimir outras dúvidas.

Lummertz, Glace e Tatiana levantaram a necessidade de constituir grupo de trabalho para discutir os redutores de capital e enviar proposta à ANS. Tatiana já criou grupo no WhatsApp para iniciar as discussões.

Lummertz sugeriu pouco antes do fim da reunião a criação de um bônus aos beneficiários que participassem de PROMOPREV's, como incentivo à manutenção de boa saúde e redução de riscos assistenciais.

Ao final do alinhamento com o CT, Glace alertou para as iniciativas da Renata Gasparello em contribuir e valorizar o IBA e Máris reforçou que Renata participa há bastante tempo dos grupos do IBA e com relevantes participações.

2) Grupo Técnico – Reforma Tributária

Glace sugeriu uma reunião em breve, aberta a participação de todo o CT, sob coordenação de Rafael.

3) CBR – refinamentos de cálculo em painel

Maickel menciona que houve mudanças em matrizes de correlação na planilha de simulação do CBR liberada pela ANS, o que foi ajustado em seu painel de cálculo do Capital.

IBA Comitê Técnico Saúde

DocuSign Envelope ID: 39CBE68B-7250-4A62-88D8-026B8EDB1D64

Marcos Carvalho comenta sobre as falas dos representantes da ANS sobre o risco de mercado ser elevado, no entanto verificou que seus clientes possuem um risco bem menor. Verificou-se que as seguradoras eram responsáveis por esse aumento da média divulgada, quando o número é avaliado de forma apartada por segmento, as realidades são diferentes, com riscos mais reduzidos.

4) IRPI

Lummertz inicia pontuando que percentuais apurados indicam convergência, com expectativa de 9,88% de reajuste final a ser liberado pela ANS.

Com este índice, a média dos últimos três anos é de 5,23%, enquanto o IPCA no mesmo período apresentou média de 6,76% a.a.. Caso o reajuste negativo de 2021 fosse zerado, tal média de três anos ficaria em 8,27%. Ainda, pontuou que os aumentos de rol comprimirão os resultados da carteira Individual.

Saulo pergunta se o FGE foi devidamente atualizado no cálculo de 9,88% citado, e que a metodologia de cálculo retrospectiva não captura de forma suficiente os aumentos esperados de rol.

IBA Comitê Técnico Saúde

DocuSign Envelope ID: 39CBE68B-7250-4A62-88D8-026B8EDB1D64

5) Reunião presencial: dia 20/set em SPA. Cursos e Palestra

Já está definida a data, estão estudando a possibilidade de fazer pela manhã 2 cursos e a tarde reunião presencial do CT Saúde.

Até o momento há 3 possíveis locais. Almeja-se encontrar um local com capacidade de até 100 pessoas, pois a reunião nesse dia será aberta para um público maior.

Está aberta a pesquisa sobre cursos de interesse aos membros do CT Saúde.

Às 16 horas e 1 minuto Lumertz encerra a reunião com agradecimentos e abraços, lembrando que a próxima reunião será no dia 13 de junho.

Att.

DocuSigned by:
Lucas Emanuel Alves Ferreira
96D0180501A442C...

Lucas Emanuel
Secretário da Reunião

Glace Carvas
Andréa Cardoso
Diretora de Saúde

J. A. Lumertz
Tatiana Gouvêa
Coordenador CT Saúde

IBA Comitê Técnico Saúde